

ATA**Plataforma para o Desenvolvimento e Coesão Territorial do Algarve****17 de julho de 2015 – CCDR Algarve**

ATA DA REUNIÃO N.º	1
DATA:	17 de Julho de 2015
HORA:	15h00
LOCAL:	CCDR Algarve
PRESENCAS	Ver anexo

ORDEM DE TRABALHOS:

- 1) Discussão sobre o modelo e regulamento de funcionamento da plataforma**
- 2) Breve balanço dos projetos candidatos ao CRESC ALGARVE 2020**
- 3) Outros assuntos**

O **Eng.º David Santos**, Presidente da CCDR Algarve e Gestor do PO ALGARVE 21, abriu a reunião, e referiu que dos nove membros efetivos o Representante da AMAL, Dr. Jorge Botelho, justificou a sua falta na reunião. Apresentou as entidades membros desta nova plataforma: a CCDR Algarve, o Instituto da Segurança Social, IP – Centro Distrital de Faro, o Instituto de Emprego e Formação Profissional, a Universidade do Algarve, a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve, a Associação dos Sindicatos do Algarve, as Associações Empresariais, a Associação de Desenvolvimento Local do Algarve. Fez ainda referência à presença do Dr. António Ramos, o qual participará nas reuniões via CCDR.

Seguindo a ordem de trabalhos proposta para a reunião, enviada por email para todos os membros, o **Eng.º David Santos** fez um breve resumo:

- No primeiro ponto, apresentação da proposta de regulamento interno, a qual deverá ser aprovada pelos membros em prazo a estipular posteriormente.
- No segundo ponto serão apresentação os projetos candidatados ao CRESA ALGARVE 2020 até ao momento, no âmbito do Sistema de incentivos. Pelo facto de existirem candidaturas recentes ainda não analisadas, estas serão apresentadas numa próxima reunião, assim como as questões de funcionamento da plataforma.

1) Discussão sobre o modelo e regulamento de funcionamento da plataforma.

O **Eng.º David Santos** apresentou a proposta de regulamento interno da Plataforma para o Desenvolvimento e Coesão Territorial do Algarve, do CRESA ALGARVE 2020, referindo que todos os membros deverão aprová-la.

Neste regulamento é proposto:

- Âmbito da Plataforma.
- A Composição da Plataforma de Desenvolvimento do Algarve, o qual deriva do programa Operacional Regional do Algarve. No seu decorrer poderão, em determinadas matérias, ser convidadas outras entidades.
- As Competências da Plataforma de Desenvolvimento do Algarve, que derivam igualmente do programa Operacional Regional do Algarve e estão interligadas com as articulações e coerência das intervenções territoriais, como é o caso das DLBC (Desenvolvimento Local de

Base Comunitária), os EDUS (estratégias urbanas de desenvolvimento sustentável), as PMUS (estratégias de Mobilidade Urbana Sustentável) agora designado por PAMUS por questões regulamentares, etc. Numa fase posterior, a análise de candidaturas por questões de coerência. Ver critérios de elegibilidade e seleção de algumas candidaturas.

- As Competências da Presidência, as quais advém, na sua maioria, da Presidência e da convocação de reuniões.
- No que respeita à Periodicidade, a regra é que seja mensal, em situações pontuais poderão realizar-se mais do que uma reunião por mês, desde que o Presidente entenda ou aceite proposta escrita apresentada por pelo menos 1/3 dos nove membros. O local da Plataforma de Desenvolvimento do Algarve será designado pelo Presidente.
- Quanto à Convocação da Plataforma de Desenvolvimento do Algarve, esta deve ser feita com antecedência dirigida a todos os membros da respetiva plataforma.
- Na Ordem de Trabalhos, tem naturalmente que haver propostas de alteração.
- As Atas das reuniões serão atas simples, com assuntos e decisões tomadas na reunião. Inclusive as diferentes declarações e tomadas de decisões.
- A Estrutura de Apoio Técnico e Logístico será a CCDR Algarve
- Alterações ao Regulamento Interno, à semelhança da convocatória, é 1/3 dos membros da plataforma. Devendo a decisão de alteração do regulamento ser tomada pela maioria.
- As questões relativas aos Impedimentos e suspeições, são referidas no Código do Procedimento Administrativo (CPA). Pois, em caso de análise de candidaturas, na plataforma estão entidades que por via direta ou indireta podem ter interferência numa candidatura, essa entidade terá que ser sinalizada a participação ou não participação de quem representa essa instituição.

- No artigo da Confidencialidade, o que se pretende é garantir que as propostas e projetos que irão avaliar, dar parecer ou consultar, seja um assunto tratado apenas no núcleo da plataforma. Não devem, nem podem ser divulgadas, uma vez que se tinha de informar que não foi alvo de decisão e está ainda em fase de reserva.

Após descrição breve da proposta de regulamento, o **Eng.º David Santos** deixou-a à consideração e análise dos membros, tendo sugerido um prazo de 15 dias úteis para pronúncia, o qual foi aceite e data fixada para **7 de agosto de 2015**.

Apesar de não estar previsto neste ponto da ordem de trabalhos, o **Eng.º David Santos** deu abertura aos membros para se pronunciarem quanto ao regulamento.

O representante da Associação dos Sindicatos do Algarve, **Dr. Goulart Medeiros**, fez referência ao artigo 12º, confidencialidade, dizendo que percebia a intenção do artigo mas tinha dúvidas em que pudesse ser assim, uma vez que os atos da Administração Pública são todos conhecidos.

O **Eng.º David Santos** explicou que este artigo quer dizer que qualquer processo é público depois de haver decisão, nunca antes.

A **Dr.ª Ofélia Ramos**, representante do Instituto da Segurança Social, IP – Centro Distrital de Faro, interveio dizendo que este é o princípio da Administração aberta, todos têm o direito de consultar os processos depois do arquivamento, no entanto, ainda que o procedimento esteja em curso, é possível consultar desde que comprove legítimo interesse na referida consulta, mas como é óbvio todos os presentes na reunião estão sujeitos ao sigilo relativamente às candidaturas. Acrescentou que por terem conteúdos denominativos, tem dados, com matérias do foro comercial e industrial que está sujeito a confidencialidade.

O **Eng.º David Santos** deixou o referido artigo em aberto aos membros para apresentarem propostas de alteração desde que o princípio e a ideia da confidencialidade se mantenham.

O **Sr. Vítor Guerreiro**, representante das Associações Empresariais, interveio deixando a opinião que antes de qualquer decisão não lhe parece razoável a comunicação de algo.

A **Dr.ª Ofélia Ramos** fez uma observação em relação ao disposto no n.º 2 do artigo 5º, respetivamente às reuniões extraordinárias, o qual atenta contra a atual redação do novo CPA, nomeadamente às convocatórias de reuniões extraordinárias. O CPA prevê que nas reuniões extraordinárias, caso o Presidente não marque a reunião extraordinária, qualquer interessado poderá marcá-la diretamente. Segundo Dr.ª Ofélia Ramos, esta é uma das alterações no CPA mais importantes, em termos de órgãos colegiais, e que convém referir. Outra situação referida pela representante do Instituto da Segurança Social, é o facto de esta plataforma ser um órgão consultivo logo não pode haver abstenção aquando votação. Para finalizar, referiu que normalmente um regulamento tem uma norma respeitante às deliberações o que a proposta apresentada não confere. Refere, ainda, que todos os órgãos colegiais aferem pela deliberação, no entanto pode ser consultiva no sentido de emissão de parecer.

2) Breve balanço dos projetos candidatos ao CRESC ALGARVE 2020

Terminadas as intervenções dos membros da plataforma, o **Eng.º David Santos** passou de imediato ao ponto dois da ordem de trabalhos, “Breve balanço dos projetos candidatos ao CRESC ALGARVE 2020”.

No primeiro slide da apresentação, falou sobre a Competitividade dos Sistemas de incentivos, o número de candidaturas entradas, , os números de Avisos encerrados, as fases, tipologias. Com um total de candidaturas de 207, destacou que as candidaturas entradas são mais do que as

entradas nos concursos homólogos no QREN. O **Eng.º David Santos** mencionou que, ao nível nacional, 80% das novas candidaturas não concorreram ao QREN 2007-2014, ou seja há quatro vezes mais novas empresas do que as que concorreram ao QREN. Informou, também, que os vales são a tipologia que apresenta um maior número de candidaturas, o que é explicado por serem candidaturas simplificadas e de reduzidos montantes

Seguidamente, o **Eng.º David Santos**, apresentou o número de candidaturas e valores por tipologia: I&DT, Inovação e Qualificação e Internacionalização, as três tipologias de investimento dos sistemas de incentivos.

No terceiro slide, o **Eng.º David Santos**, apresentou a caracterização por dimensão da empresa: Micro Empresas com 154 candidaturas, Pequenas Empresas com 42, Médias Empresas com 10 e 1 Não PME. Segundo o Gestor do PO, o peso das PME nos sistemas de incentivos é semelhante à estrutura empresarial do Algarve.

Na análise do último slide, o **Eng.º David Santos** apresentou o investimento por concelho, sendo o eixo central Faro, Loulé, Olhão e Albufeira o que tem maior representatividade. Apesar de Faro apresentar o maior número de candidaturas, o concelho com o maior investimento candidatado elegível é Loulé. Referiu ainda que existem quatro concelhos sem candidaturas até ao momento.

O **Dr. Hugo Barros**, o representante do CRIA da Universidade do Algarve, colocou a questão relativamente à alínea “Outro” do quadro.

O **Dr. António Ramos**, da CCDR Algarve, explicou aos presentes que a alínea refere-se a todas as candidaturas partilhadas, ou seja neste momento está aberta a possibilidade de centros de investigação e/ou unidades de investigação de outras regiões poderem concorrer em conjunto ou encontrar empresas de outros território e concorrerem a verbas do PO. A candidatura é

sempre apresentada nas duas regiões, pois haverá uma parte é financiada pelo CRESC e a outra financiada pelo Compete, ou outro PO.

O **Eng.º David Santos** refere esta como uma pequena caracterização das candidaturas apresentadas e que no futuro se deve alargar aos restantes fundos esta partilha de informação.

O **Dr. António Ramos**, acrescentou a questão das DLBC Rurais, que fazem parte do âmbito de análise da plataforma e que têm parte das propostas repartidas entre o PO regional e o PDR 2020. Encontrando-se na presente plataforma todos os parceiros da EDL, deverá haver uma articulação entre as áreas de intervenção do FEADER e FEAMP e das intervenções do FEDER e FSE.

O **Eng.º David Santos** informou os presentes que durante o mês de julho vão sair avisos na área do FSE (Fundo Social Europeu) e que no âmbito do FEDER encontram-se 13 avisos encerrados e 22 avisos abertos. No *site* do CRESC ALGARVE 2020 encontra-se disponível para consulta o mapa dos avisos

Dr. Goulart Medeiros, comentou que no caso das candidaturas partilhadas parecerem, à partida, ser mais complexas que as outras, pois no ponto de vista financeiro estas candidatam-se a quase um quinto do total. O **Dr. António Ramos** acrescentou que embora o valor que está discriminado não significa que é o valor da responsabilidade regional, o maior valor poderá estar fora da região.

O **Eng.º David Santos** clarificou que o valor apresentado é o total das 15 candidaturas em conjunto com outras regiões. Deu o exemplo de uma candidatura de uma renda Car nacional que apresentou uma candidatura nas cinco regiões.

O **Eng.º José Graça**, Vice-presidente da Direção Regional de Agricultura e Pescas, lembrou que este trabalho apresentado pelos representantes do CRESC está a ser desenvolvido em simultâneo com o encerramento do programa operacional do Algarve 2007-2014, PO ALGARVE 21.

O **Eng.º David Santos** confirmou essa situação, acrescentando que, com apenas mais quatro pessoas, a mesma estrutura técnica está neste momento a trabalhar dois programas operacionais.

Dr. Goulart Medeiros questionou sobre a análise por setores de atividade, à qual o **Eng.º David Santos** respondeu que nestas candidaturas ainda não fizeram essa análise mas esclareceu que no ponto 3 do quadro – Inovação produtiva - das 11 candidaturas apresentadas, 9 são ligadas ao turismo. Ficando assegurado, que em próximas reuniões se fará um esforço por apresentar esta informação.

O **Dr. António Ramos** disse ainda que, no âmbito do fecho do QREN, foi lançado um SIAC focado na RIS 3, na variedade relacionada SIAC intersector, no sentido de gerar um conjunto de novas abordagens. Muitos dos projetos de ID&T, que estão a aparecer neste primeiro concurso, resultam exatamente do trabalho que foi feito nas comunidades de inovação, alguns com um grau de preocupação e de foco diferente do que era tradicional. A constituição do Concelho de Inovação Regional do Algarve (CIRA), vai nesse sentido, sendo necessário começar a trabalhar dentro de cada um dos setores os instrumentos e os critérios que ajudem a empurrar o foco dos projetos para o que se pretende que aconteça futuramente. **Dr. António Ramos** falou ainda que algumas das candidaturas que aparecem encontram-se completamente desenquadradas, que estão fora do contexto da RIS 3 e do aviso, por isso há trabalho a fazer também com os consultores que ajudam as empresas a preparar as candidaturas.

O **Dr. Hugo Barros** acrescentou a este assunto que o ID&T tem esse problema, no que respeita a um projeto específico de IDT, os grandes grupos estão de fora, fazem estratégias centralizadas. Atualmente aparecem muitos projetos de ID focados no turismo mais voltados para as áreas das tecnologias, de energias, da criatividade, mas sempre focando no turismo.

O **Eng.º David Santos** falou ainda que a análise do critério regional está interligada à estratégia de especialização inteligente. Para ser elegível tem que estar alinhada com esta estratégia, é uma condição de admissibilidade. Nas próximas reuniões será apresentado o respetivo quadro.

O **Dr. António Ramos** mencionou uma nota importante, a RIS 3 tem dois setores que não depende, no seu *core*, do PO que são o Mar e a Terra. Existem interações com estes setores, com fronteiras estabelecidas em termos de regulamentos comunitários e em termos de acordo de parceria. A partir daqui têm que ser encontrados mecanismos de articulação dessas fronteiras e perceber que não se pode apoiar a transformação principalmente dos produtos da terra e dos produtos do mar. Pode apoiar-se toda a internacionalização dos produtos, projetos acima de 4 milhões e a formação de agricultores e pescadores. Desta forma haverá que perceber como se poderá, no âmbito desta plataforma, articular esta ligação de forma a garantir que uma parte significativa da cadeia de valor da transformação fica na região.

3) Outros assuntos

O **Eng.º David Santos** no ponto 3 abriu espaço a outros assuntos que os membros presentes quisessem colocar.

O **Dr. António Ramos** fez uma nota, no âmbito do modelo de governação do PORTUGAL 2020, já existem 12 redes de articulação, uma dessas redes tem a ver com monitorização e avaliação a qual vai ser importante, uma vez que todo o foco dos programas está nos resultados e, tal

como no QREN, foi definido um plano nacional de avaliação onde estão definidos todos os exercícios de avaliação que vão ocorrer na logica nacional, com coordenação da Agência para o Desenvolvimento e Coesão (ADC). Esta plataforma em particular despertou curiosidade a nível nacional, o que levou a ser assumida como um elemento a ser avaliado, eventualmente em articulação com a avaliação intercalar.

O **Eng.º David Santos** informou os presentes que entre a 1ª e a 2ª reunião, a plataforma irá interagir com a gestora do PDR e do POMAR (apesar de ainda não estar aprovado o programa operacional) no sentido de serem fornecidos dados, a este órgão consultivo, da candidatura à semelhança do que se irá fazer quer para o FEDER, FSE do Programa Operacional.

Tomou a palavra a **Dra. Ofélia Ramos**, comentando que tem sido abordada por várias instituições que solicitam informação relativamente aos equipamentos sociais na rede de cuidados integrados, tutelados pela saúde.

O **Eng.º David Santos** esclareceu que em relação à saúde, educação, cultura, já existe uma proposta de mapeamento entregue na ADC que ainda não terá sido enviada para a Comissão Europeia, só falta mesmo o de equipamentos sociais.

O **Dr. António Ramos** acrescentou que o exercício foi realizado com base em duas perspetivas, uma primeira na identificação em tudo o que existe e o que serve, e numa segunda perspetiva tentar encontrar entre o setor e o município a aplicação dos critérios e a seleção de uma lista. Num dos critérios de prioridade estão exatamente os setores que o PO tinha identificado e entre eles está a saúde mental. Neste PO não é vocacionado para equipamentos novos mas fundamentalmente para reafectações, requalificações de estruturas existentes.

Não havendo mais questões o **Eng.º David Santos** agradeceu a participação dos presentes e deu por terminada a reunião.